

Violência em periferias urbanas e suas repercussões psicossociais para juventudes negras: um estudo com estudantes de escolas públicas de Fortaleza-CE

João Paulo Pereira Barros

Doutor em Educação (UFC). Docente do curso de Psicologia e do PPG de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza-CE

✉ joapaulobarros07@gmail.com

Mayara Ruth Nishiyama Soares

Doutoranda em Psicologia pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, CE. Docente do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará (UECE)

✉ mayararnishiyama@gmail.com

Raimundo Cirilo de Sousa Neto

Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza-CE

✉ xrcirilo@gmail.com

Carla Jéssica de Araújo Gomes

Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Docente do curso de Psicologia da Unichristus, Fortaleza-CE

✉ carlajessicagomes@alu.ufc.br

Ana Thaís Albuquerque Norões Boutala

Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza-CE

✉ anaboutala@alu.ufc.br

Levi de Freitas Costa Araújo

Graduando em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza-CE

✉ leviprofpsi24@gmail.com

Antonio Caio Renan Silva Penha

Graduando em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza-CE

✉ caio.renansp@gmail.com

Damião Soares de Almeida-Segundo

Pós-doutorando no PPGP Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Porto Alegre-RS

✉ damiao_soares@hotmail.com

Bruno Vieira dos Santos

Pós-doutorando no PPGP pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza-CE

✉ brunovieira.comunica@gmail.com

Luiz Fábio Silva Paiva

Doutor em Sociologia (UFC). Docente do Departamento de Ciências Sociais e do PPG Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza-CE

✉ luizfabiopaiva@gmail.com

Resumo:

Este artigo aborda como a violência em periferias urbanas de Fortaleza/CE repercute psicossocialmente na vida de jovens negras/os estudantes de escolas públicas nessas áreas. Utilizando uma abordagem quantitativa, aplicou-se um questionário a 497 alunos de ensino médio de 12 escolas distribuídas por cinco bairros da cidade. Realizou-se análises descritivas e análises de frequência intragrupo, visando investigar comparativamente as experiências de vitimização, percepções de segurança e repercussões educacionais da violência entre pessoas com diferentes pertencimentos raciais. As análises foram efetuadas por meio do software JASP 0.17.1.0. O texto evidencia com autodeclarados pretos e pardos, em geral, apresentam maior vitimização, menor percepção de segurança e condições de acesso e permanência escolar mais prejudicadas, em comparação com

estudantes brancos. A discussão dos resultados ressaltam desafios para que a escola opere como espaço de proteção de juventudes negras. As considerações finais do artigo frisam a importância da implementação de políticas públicas antirracistas e do suporte de ações intersectoriais, comunitárias e transdisciplinares.

Palavras-chave: Juventudes, racismo, violência, escola, psicologia.

Violence in urban peripheries and its psychosocial repercussions for black youth: a study with students from public schools in Fortaleza/CE

Abstract:

This article looks at how violence in the urban peripheries of Fortaleza/CE has psychosocial repercussions on the lives of young black students at public schools in these areas. Using a quantitative approach, a questionnaire was administered to 497 high school students from 12 schools in five districts of the city, containing questions about experiences of victimization, perceptions of safety in the district and the repercussions of violence on the educational trajectory of young people. Descriptive analyses and intra-group frequency analyses were carried out, with the aim of comparatively investigating victimization, perceptions of safety and the educational repercussions of violence among people of different racial backgrounds. Intra-group frequency made it possible to identify the proportion with which a sub-group was affected by a given violence. The analysis was carried out using the JASP 0.17.1 software. The text shows the results according to the marker, highlighting the challenges for schools to act as a protective space for black youth. It concludes by highlighting the importance of implementing anti-racist public policies and supporting cross-sectoral, community and transdisciplinary actions.

Keywords: Youth, racism, violence, school, psychology.

Violencia en las periferias urbanas y sus repercusiones psicosociales en la juventud negra: un estudio con alumnos de escuelas públicas de Fortaleza/CE

Resumen:

Este artículo examina cómo la violencia en las periferias urbanas de Fortaleza/CE tiene repercusiones psicosociales en la vida de los jóvenes estudiantes negros de las escuelas públicas de estas zonas. A partir de un abordaje cuantitativo, se aplicó un cuestionario a 497 alumnos de enseñanza media de 12 escuelas distribuidas en cinco barrios de la ciudad, con preguntas sobre experiencias de victimización, percepción de seguridad en el barrio y repercusiones de la violencia en la trayectoria educativa de los jóvenes. Se realizaron análisis descriptivos y análisis de frecuencia intragrupo con el objetivo de investigar comparativamente la victimización, las percepciones de seguridad y las repercusiones educativas de la violencia entre personas de diferentes orígenes raciales. La frecuencia intragrupo permitió identificar la proporción con la que un subgrupo se veía afectado por una determinada forma de violencia. Los análisis se llevaron a cabo con el software JASP 0.17.1. El texto muestra los resultados según el marcador, destacando los retos para que las escuelas funcionen como espacio de protección de la juventud negra. Concluye destacando la importancia de implementar políticas públicas antirracistas y apoyar acciones intersectoriales, comunitarias y transdisciplinares.

Palabras clave: Juventud, racismo, violencia, escuela, psicología.

INTRODUÇÃO

A multifacetada problemática da violência em periferias urbanas assume cada vez mais relevância social e acadêmica. No Ceará, BARROS *et al.* (2018) e PAIVA *et al.* (2019) demarcam como o agravamento da violência letal nessas territorialidades tem afetado os modos de vida da população, em especial as juventudes. A análise desse panorama ganha contorno quando destacamos o racismo como fenômeno profundamente imbricado ao cenário de violência urbana.

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024 (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2024) aponta que as pessoas negras são as principais vítimas de morte violenta letal intencional (MVI), representando 78% de todos os registros coletados pelos órgãos de segurança. Dados como esse apontam para uma constante na vitimização das vidas negras do país, de modo que o racismo, como um dos principais vetores dessa violência, incide sobre os corpos pretos e pardos na tentativa de apagar ou precarizar suas existências.

O racismo, base fundante da sociedade brasileira, destitui o sujeito negro de seu status de humanidade, ao passo que relega sua existência à condição subalterna e entrega seu corpo para a morte seja pela violência, seja pela desassistência (GONZÁLEZ, 2020; BENTO, 2022; CARNEIRO, 2023). Achille Mbembe (2018), pesquisador camaronês, utiliza-se do termo “necropolítica” para explicar as múltiplas e nefastas formas de gestão da vida, ou da morte, operadas contra corpos negros a partir de fatores raciais, políticos e territoriais. Segundo Mbembe (2018), a necropolítica é um fenômeno dotado de um motor racial e, por isso, a produção de existências supérfluas, inimigos ficcionais e zonas de morte está intimamente relacionada ao racismo.

A periferia, alvo preferencial da máquina de morte necropolítica, é submetida à falsa promessa de “pacificação” (BARROS *et al.*, 2018), que opera, na verdade, como estratégia sistemática de controle social por meio da criminalização, extermínio e encarceramento da juventude negra periférica (BARROS *et al.*, 2019). Essa díade violência-desassistência se reforça quando, coabitando com a fragilidade do acesso às políticas públicas, jovens negros seguem sendo os principais alvos de violência em todo o país, seja pelo Estado, seja pelo poder paralelo (CERQUEIRA; BUENO, 2024).

Em meio às transformações das dinâmicas de violência, como o fortalecimento das facções e a intensificação de suas disputas, as juventudes vivenciam o cerceamento de direitos como saúde, educação e lazer. Entre os principais efeitos dessa máquina violenta, está a restrição da circulação pelos territórios, criando zonas cada vez mais inseguras de se transitar (BENÍCIO *et al.*, 2018).

No prisma da garantia de direitos, as juventudes periféricas sofrem ao se sentirem inseguras de se deslocar para a escola, para o posto de saúde, para as praças e outros equipamentos do território. Essas subjetividades acuadas, atravessadas por conflitos e medos difusos, são encarceradas a céu aberto pela impossibilidade simbólica e territorial de transpor certos territórios devido aos processos de faccionalização (BENÍCIO *et al.*, 2018; PASSOS; CARVALHO, 2015). Assim como as restrições de circulação impedem que esses serviços básicos cheguem plenamente a eles sem que transpor certas fronteiras represente um risco à vida das famílias, dos profissionais e dos próprios jovens. Não somente isso, mas o sucateamento das políticas públicas na esteira do projeto neoliberal (ILHA, 2022) fragiliza redes de atenção relevantes para a promoção da vida das populações periféricas, de modo que os equipamentos públicos são afetados pelo cansaço dos profissionais precarizados, somado à insuficiência dos serviços ante a expressiva demanda do território que os convoca, produzindo desamparo institucional às juventudes.

Apesar do cenário, a escola ocupa um lugar central entre as políticas de proteção das juventudes, de modo que seu fator protetivo é relevante na construção de espaços de desenvolvimento individual e coletivo dos estudantes. Contudo, conforme argumenta Cavalcante (2022), a escola não se mostra imune às dinâmicas cotidianas de violência. A evasão escolar, frequentemente relacionada aos contextos de morte que atravessam a experiência desses estudantes, configura-se como um fenômeno preocupante não apenas para o campo educacional, mas também para distintos setores da sociedade que reconhecem na educação uma via possível de transformação social dos sujeitos e de seus territórios (CAVALCANTE, 2021).

Nessa pactuação de atenção integral aos sujeitos, diversos setores das políticas públicas são recrutados principalmente para atender a uma agenda que considere os múltiplos segmentos da vida pública e as suas demandas (MARTINS *et al.*, 2024). A intersectorialidade entre educação e saúde, com ênfase na saúde mental, forma uma

plataforma chave para esta pesquisa, haja vista que sua atuação elenca importantes vetores na promoção da dignidade das juventudes. Retomar a escola enquanto espaço de promoção de saúde não é algo novo, mas que constantemente precisa se atualizar para que, no contrapelo da sanha colonial-neoliberal, as instituições de ensino, sobretudo a escola pública, forneçam ferramentas de potencialização das trajetórias juvenis e sua implicação na construção de territorialidades outras para se viver (SOARES *et al.*, 2024).

Nesse sentido, cabe à Psicologia — como ciência e prática que problematiza contradições, conflitos e paradoxos inerentes ao contexto escolar (NENEVE; SOUZA, 2006) - posicionar-se em aliança com as “subjetividades periféricas” (MIRANDA; FÉLIX-SILVA, 2022), historicamente vitimizadas pela violência e marcadas por lutas de afirmação da vida para além dessas opressões. Agravadas pelo racismo e outras formas de dominação, essas realidades exigem da Psicologia o compromisso ético-estético-político com a construção de redes de cuidado porosas e como modos singulares de subjetivação, implicando-se ativamente no desmantelamento dos regimes necropolíticos.

Em face disso, neste artigo propomos analisar, a partir dos marcadores de raça, como as dinâmicas da violência em periferias urbanas repercutem psicossocialmente nas trajetórias e experiências de jovens estudantes de escolas públicas de ensino médio localizadas/os em Fortaleza, Ceará. Por esse estudo, buscamos explicitar como as violências em territorialidades periféricas urbanas impactam na vitimização de juventudes autodeclaradas negras, nas suas percepções de segurança pública e nas suas condições de acesso e permanência escolares.

A partir das análises, queremos primeiramente identificar de que forma o racismo aparece como operador e/ou agravante dos cenários de violência que atravessa a vida de juventudes da periferia. Em seguida, a partir da articulação entre educação e saúde, nossa pretensão é subsidiar políticas públicas territorializadas, aliançadas na promoção de vidas potentes para as populações juvenis historicamente vulnerabilizadas.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Procedimentos

O presente estudo faz parte de uma pesquisa guarda-chuva intitulada Aspectos Psicossociais da Violência e Práticas de Re-existência em periferias de Fortaleza, desenvolvida

pelo Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação (VIESES), ligado ao Departamento de Psicologia e ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). A pesquisa contou com o financiamento da FUNCAP - Fundação Cearense de Desenvolvimento e Apoio ao Desenvolvimento Científico - e do CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. A pesquisa em questão se deu colaborativamente com o Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza, que, por sua vez, contou com financiamento do Instituto Unibanco.

A amostra da pesquisa foi composta por jovens estudantes de 12 escolas públicas estaduais do território do Grande Bom Jardim (GBJ), situado na cidade de Fortaleza, capital do Estado do Ceará. A região é formada por 5 bairros: Bom Jardim, Granja Lisboa, Granja Portugal, Canindezinho e Siqueira, que juntos somam cerca de 220 mil habitantes (Sistema de Monitoramento Diário de Agravos, 2024). A escolha por essa territorialidade de Fortaleza se justifica pelo fato de que seus bairros figuram entre os que, historicamente, apresentam significativa estigmatização social, elevadas taxas de homicídios juvenis e menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), ao mesmo tempo em que se destacam pela rica organização política e pela inovadora experiência de um Fórum de Escolas pela Paz, que reúne as 12 escolas públicas de ensino médio localizadas no Grande Bom Jardim.

Historicamente, os programas policiaiscos de Rádio e TV, assim como os jornais e as informações disseminadas nas redes sociais, têm fortalecido um imaginário popular negativo sobre o território do GBJ como o lugar do “vixi”. Essa é uma expressão utilizada para demonstrar, neste caso, tanto a periculosidade, violência e insegurança do território, como também a desassistência do Estado que se reflete nas taxas de concentração de pobreza e baixos indicadores sociais. Por outro lado, a região é sede de diversos equipamentos culturais, coletivos artísticos e organizações sociais, como o Centro Cultural do Grande Bom Jardim (CCBJ), o Centro Cultural do Canindezinho (CCC), o Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS), o Movimento de Saúde Mental Comunitária do Bom Jardim, a Rede de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim (Rede DLIS), as cozinhas e bibliotecas comunitárias. Desse modo, o GBJ tem um histórico de organização e resistência que é um exemplo para a cidade.

Essa efervescência de organizações, coletivos e movimentos sociais existentes no Grande Bom Jardim fez com que chegasse ao nosso laboratório de pesquisa, ensino e extensão

a demanda por investigar as repercussões psicossociais e educacionais das conflitualidades territoriais e da violência armada. A partir de então, e considerando as inserções prévias e vínculos do laboratório com o território, desde 2018, decidimos por constituir um caminho colaborativo para a pesquisa-inter(in)venção, constituindo um grupo de trabalho que deliberasse, dialogicamente, sobre o problema e os objetivos da pesquisa e construísse, coletivamente, seus instrumentais, suas estratégias de produção de informações, as pactuações com gestores, profissionais e discentes, as análises dos dados e as restituições da pesquisa. Esse grupo de trabalho foi constituído por integrantes do nosso laboratório, por membros do Fórum de Escolas e por referências comunitárias atuantes na temática dos direitos humanos de juventudes, ligadas especificamente ao Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS).

A produção de dados se deu por meio de coordenadoras/es de campo e de uma equipe de aplicação de questionários. As/os coordenadoras/es de campo foram responsáveis por articular as questões logísticas de aplicação do instrumental junto às escolas, levantar informações-chave sobre o perfil estudantil, elaborar cronogramas, dar suporte às/aos aplicadoras/es e estruturar o banco de dados. Já a equipe de aplicação foi formada por 24 estudantes de graduação e pós-graduação em Psicologia e áreas afins. Esse grupo participou de um treinamento com a coordenação geral da pesquisa onde foram orientados a garantir a maior diversidade possível de alunas/os, levando em consideração a série, turno, raça/cor e outros marcadores sociais. As/os estudantes participaram de forma voluntária, com convites feitos coletivamente em sala de aula. Os questionários foram aplicados no formato lápis e papel, entre os dias 08 e 27 de setembro de 2022, em espaços reservados com grupos de até 10 participantes.

O cálculo amostral considerou um nível de confiança de 95% e uma margem de erro de 5%, tendo em vista uma população de 6.716 estudantes, derivada de uma estimativa de 364 participantes. Dada uma ampliação de 30% como medida de minimização dos efeitos de possíveis perdas, obteve-se uma perspectiva amostral de 473 estudantes. Entretanto, no momento da aplicação, o quantitativo de estudantes superou as perspectivas, alcançando um total de 497 instrumentos aplicados e tabulados.

O protocolo de pesquisa incluiu os módulos Perfil dos Estudantes, Impactos da Violência (vitimização e repercussões educacionais da violência) e Percepções sobre Segurança no Bairro, totalizando 46 questões. O primeiro eixo temático contemplou questões sociodemográficas. Os dois últimos eixos foram compostos por questões elaboradas especificamente para responder aos objetivos deste estudo. Considerando a base teórica e epistemológica, fundada na Psicologia Social Latino-Americana, não houve a intenção de construir instrumentos psicométricos para mensuração de traços latentes. Portanto, não foram seguidos protocolos de construção ou procedimentos de validação no sentido psicométrico (e.g., validade convergente, confiabilidade, estrutura fatorial). Optamos por desenvolver um instrumento adaptado à realidade das/os jovens do GBJ, visando captar as percepções e os impactos da violência em suas vidas. Para garantir a validade e a confiabilidade dos dados, realizamos duas etapas principais.

No primeiro momento, ocorreu a elaboração coletiva do instrumento com a participação de diferentes grupos envolvidos na pesquisa, a saber, a coordenação da pesquisa, a equipe de campo, a equipe administrativa das escolas e um grupo de representantes da Secretaria de Educação de Fortaleza. Todas as pessoas envolvidas nesta etapa tinham conhecimento e proximidade com a temática da pesquisa e/ou com o território no qual ela seria desenvolvida, assim foi garantido a participação plural na elaboração das temáticas, formato de questões e linguagem adotada.

Em seguida, num segundo momento, para assegurar a clareza e a pertinência das questões, foi realizada a validação de semântica, de conteúdo, compreensão e formato junto a um grupo de 10 jovens das escolas do GBJ. Esses participantes responderam a uma versão inicial do protocolo e forneceram *feedback* em um grupo focal. Essas etapas permitiram adequar o instrumento à realidade e ao entendimento dos estudantes.

Participantes

A pesquisa contou com uma amostra não-probabilística de jovens, tendo a participação de 497 estudantes de escolas públicas estaduais de Ensino Médio, com idade variando de 14 a 24 anos ($M = 16,6$; $DP = 1,2$). No que diz respeito à raça/cor, uma parcela significativa da amostra (70,8%, $n=352$) se autodeclarou negra, incluindo pretas/os (17,5%,

n=87) e pardas/os (53,32%, n=265). Cerca de 23,14% (n=115) se autodeclararam como branca/o, 3,42% (n=17) como indígena e 2,41% (n=12) como amarela/o. Somente uma pessoa participante (0,2%) não soube ou preferiu não responder às questões acerca da autodeclaração étnico-racial. Quanto ao gênero, pouco mais da metade da amostra (51,1%, n=254) eram homens cisgênero, seguido de mulheres cisgênero (45,5%, n=226), e aproximadamente 2,6% (n=13) se identificavam com identidades não-cisgêneras, como gênero fluido, não-binário, travesti e mulher trans. Em relação à orientação sexual das/os participantes, 70,0% (n=348) se identificaram como heterossexuais. De 25% que afirmaram se identificar como não heterossexuais, a maioria foi de bissexuais (16,9%, n=84). Lésbicas (2,8%, n=14), gays (2,2%, n=11), pansexuais (1,8%, n=9) e assexuais (0,8%, n=4) tiveram presença menor. Cerca de 5% (n=25) das/os participantes preferiram não responder ou não souberam responder.

Instrumentos

Na primeira parte do instrumental, foram solicitadas informações sociodemográficas, como raça/cor, gênero, idade e orientação sexual, com o intuito de caracterizar a amostra e possibilitar a compreensão dos dados. Para esta pesquisa, foram utilizados, do questionário completo da pesquisa guarda-chuva, os temas relacionados aos módulos de vitimização, percepções de segurança e impactos educacionais da violência.

Modos de Vitimização. As/os participantes responderam sobre a ocorrência pessoal, nos últimos seis meses, de diferentes formas de violência, dentre elas ameaça, furto, roubo, agressão, extorsão, violência sexual e tentativa de homicídio. Também foi perguntado sobre as fontes de apoio que buscaram após vivenciar alguma situação de violência, estando as/os amigas/os, a família, a polícia e grupos armados como possibilidades de resposta.

Percepções de Segurança. Para este eixo, foi utilizada uma escala de percepção de segurança com quatro possibilidades de resposta, sendo elas "totalmente inseguro", "inseguro", "seguro" e "totalmente seguro". As/os estudantes avaliaram quais níveis de segurança percebiam em lugares como casa, rua, bairro, escola e igreja. Também foram questionadas/os quanto à frequência de situações violentas em seus bairros a partir de cenas como a presença de pessoas armadas, roubos, operações policiais, comércio de drogas,

tiroteios, expulsões, assassinatos e ferimentos por arma de fogo. A escala ainda avaliava as ações de proteção adotadas como evitar áreas, andar acompanhada/o, evitar sair à noite, usar serviços de transporte e buscar refúgio durante tiroteios. Para estas perguntas, as respostas adotadas foram registradas em uma escala de frequência com as opções: "nunca", "poucas vezes", "às vezes", "muitas vezes" e "sempre".

Impactos Educacionais. A fim de mensurar os efeitos da violência no desempenho escolar das/os estudantes que participaram da pesquisa, foram respondidas perguntas sobre como as violências vivenciadas no território influenciavam em sua formação escolar. As respostas incluíam categorias como "atrapalha o ambiente de paz", "compromete as condições emocionais", "causa medo", "dificulta a concentração", entre outras.

Análise de dados

Nesta pesquisa, os dados quantitativos operam como analisadores na reflexão acerca das formas com que se institui a produção de sujeitos passíveis de morte nas periferias urbanas (BENÍCIO *et al.*, 2018). A opção por análises descritivas para tomar conhecimento dos perfis da amostra e análises de frequência intragrupo visa, portanto, investigar comparativamente as vitimizações, percepções de segurança e repercussões educacionais da violência entre pessoas com diferentes pertencimentos raciais, notadamente as que se declararam pretas, pardas e brancas. A frequência intragrupo permitiu identificar a proporção com que um subgrupo se afetava por determinada violência. As análises foram efetuadas por meio do software JASP 0.17.1.

Aspectos éticos

Quanto aos aspectos éticos da pesquisa, foram observados os princípios éticos e legais orientados pelas Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde que regem a condução de pesquisas envolvendo seres humanos. O estudo também foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará e devidamente aprovado. De forma a manter a transparência do projeto, os objetivos e justificativas da pesquisa foram apresentados aos participantes antes da aplicação do instrumental. Todas as pessoas

participantes preencheram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), para os maiores de 18 anos, ou o Termo de Anuência Livre e Esclarecida (TALE), no caso de menores de 18 anos - desta forma, preservando o seu consentimento com o estudo. O respeito aos valores sociais, culturais, espirituais e morais das/os participantes foram assegurados ao longo de todo o processo, garantindo-lhes, ainda, a liberdade de descontinuar a participação a qualquer momento e por qualquer motivo. Também foram garantidos o anonimato, a privacidade e a confidencialidade das informações fornecidas pelas/os participantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa estão organizados em três eixos: formas de vitimização cotidianas, percepções de segurança e impactos educacionais. O primeiro eixo aborda como jovens periféricos/os são alvos da violência, principalmente a violência urbana, evidenciando que, embora essa problemática seja uma realidade comum na vida da maioria, ela atinge de maneira desigual corpos racializados. O segundo eixo explora como as juventudes participantes percebem a segurança pública no contexto da periferia, considerando relatos sobre violência policial, criminalidade urbana, estratégias de proteção e a confiança nas instituições de segurança. Por fim, o terceiro eixo discute como as dinâmicas violentas nas periferias prejudicam o acesso e a permanência das/os jovens na escola, gerando, entre outras consequências, a sensação de insegurança no próprio ambiente escolar.

Neste artigo, escolhemos recortes dos resultados que destacam experiências de vitimização, percepções de segurança e repercussões educacionais em função do marcador racial, com ênfase nos dados de estudantes que se reconheceram como negros (pretos e pardos).

Formas de vitimização cotidianas

Os resultados provenientes do eixo de vitimização pela violência buscaram evidenciar a frequência e características das múltiplas formas de vitimizações experienciadas pelas

juventudes escolarizadas do Grande Bom Jardim, apresentando dados referentes aos últimos seis meses desde a data da aplicação e dando destaque para os impactos do racismo na constituição de um panorama desigual das vitimizações. Embora os dados gerais da pesquisa apontem para uma ampla recorrência de diferentes manifestações da violência que afetam todos os segmentos juvenis participantes, ao realizarmos um recorte racial, os resultados apontam para uma exposição diferenciada a certas formas de vitimização, bem como uma maior prevalência a sofrer determinadas violações de direito e violência mais extremas em decorrência de atualizações da matriz colonial do poder em sua dimensão racial.

Para fins de contextualização dos resultados, um apanhado geral apresentou a alta recorrência de casos de assalto (18,31%), violência sexual (17,5%) e furto (14,69%), seguidos por casos de ameaça (11,67%), agressão física (8,85%), tentativa de homicídio (3,62%) e extorsão (1,61%) presenciadas ou vivenciadas pelos segmentos juvenis participantes da pesquisa, com destaque para elevadas taxas de omissão voluntária sendo verificadas nos itens referente a violência sexual e agressão física, que apresentaram 4,63% e 3,22%, respectivamente. Tais índices de escolha pela alternativa “prefiro não responder”, que caracteriza uma omissão voluntária, sugerem uma potencial subnotificação para tais formas de vitimização. Além disso, 62,2% das/os respondentes afirmaram já ter presenciado pessoas circulando armadas em seus bairros, e um percentual de 46% confirmou que as ações de grupos armados afetaram a sua circulação pelo território. A confiança nos serviços de segurança, como a polícia, também foi considerada na pesquisa, com 74,9% das/os estudantes considerando esses serviços totalmente insuficientes ou insuficientes.

Após a realização de uma análise dos dados em função dos diferentes grupos que compõem a amostra juvenil colaboradora da pesquisa, os resultados foram compreendidos tendo em vista o fator racial como uma variável considerável das manifestações da violência. Desse modo, quando considerada a dimensão racial, foram apontados na pesquisa que as/os estudantes pretas/os apresentaram frequência significativamente maior em relação a outros grupos para as seguintes categorias de vitimização: assalto (22%), agressão (14,6%), violência sexual (21,5%) e tentativa de homicídio (6,7%).

Em relação aos dados que abordam as restrições de circulação territorial em decorrência das dinâmicas da violência, o grupo étnico-racial que apresentou maiores impedimentos de circulação em seus bairros foi o de pessoas autodeclaradas pretas, com

65,8% dos jovens dentro desse grupo (n = 48) afirmando já ter sua circulação afetada. As pessoas brancas e pardas apresentaram frequências de 51% (n = 52) e 48,1% (n = 114).

Quando se pergunta sobre presenciar a ação de grupos armados em seus territórios, os dados mais alarmantes mostram que 65,8% das/os estudantes pretas/os (n = 50), 46,7% das/os estudantes pardas/os (n = 112) e 43,3 % das/os estudantes brancas (n = 42) afirmaram presenciar a circulação de grupos armados. Quando comparadas cada uma das frequências intragrupo, pode-se inferir uma exposição consideravelmente superior, sobretudo das juventudes não brancas em relação àquelas autodeclaradas brancas, com juventudes pretas vivenciando com significativa prevalência.

Em diálogo com uma concepção teórica que compreende, a partir da categoria “negro”, uma experiência comum de vulnerabilidade nas vivências de estudantes pardas/os e pretas/os (Carneiro, 2011), pode-se analisar comparativamente a parcela negra (pardas + pretas, n = 352) com sua contraparte branca. Sendo assim, tem-se que quase a metade das/os estudantes negras/os (46,0%, n = 162) afirmaram já ter presenciado a circulação de pessoas armadas, frequência intragrupo superior quando comparadas com o grupo branco (43,3%, n = 42). Ademais, 46,0% das(os) estudantes negras(os) (n = 162) também afirmaram ter sua circulação territorial afetada por grupos armados.

Os dados apresentados exemplificam como o racismo e a branquitude operam como mecanismos estruturantes da sociedade e produtores de desigualdades nas experiências e trajetórias de juventudes que vivem em periferias urbanas. Tais desigualdades sustentam um sistema de opressão e exclusão que se materializa na exposição diferenciada das juventudes não brancas a diversos tipos de violência, principalmente aquelas mais extremas, que representam perigo à vida.

Conforme Müller e Cardoso (2017), a branquitude não se reduz a uma identidade racial, mas constitui uma matriz de poder que assegura privilégios materiais e simbólicos por meio da ficcionalização da raça e da construção da identidade racial do branco. Tal tecnologia de poder é composta por uma rede de práticas, discursos, técnicas e fenômenos que produzem repercussões locais e específicas que fundam e mantêm disparidades sociais, a partir da produção de hierarquias raciais pela lógica da supremacia branca, em diferentes contextos (SCHUCMAN, 2016; SAAD, 2020).

De acordo com Alves (2010) e Césaire (2020), a branquitude tem suas raízes no projeto colonial, mantendo profunda conexão com a colonialidade. O colonialismo representou um empreendimento político de dominação e exploração de povos, enquanto a colonialidade permanece como seu legado simbólico, sustentando relações desiguais de poder mesmo após o fim formal dos regimes coloniais (QUIJANO, 2010; TONIAL; MAHEIRIE; GARCIA JÚNIOR, 2017). Nesse contexto, o racismo surge como instrumento fundamental da colonialidade, fornecendo os fundamentos ideológicos e as ferramentas práticas para a reprodução das desigualdades raciais na sociedade contemporânea (DAVID, 2023). No Brasil, como destaca Schucman (2016), o racismo se caracteriza particularmente pela ideologia do branqueamento, que sustenta uma estrutura social profundamente hierárquica e desigual.

Sendo assim, como dispositivo que possibilita o aparecimento dos sujeitos racializados, o racismo opera tanto na manutenção dos privilégios da branquitude como, sobretudo, na produção de condições de vida que conferem aos corpos não brancos o *status* de “mortos-vivos”, por meio de práticas necropolíticas de coisificação, criminalização e desumanização (BENÍCIO *et al.*, 2018). Em uma perspectiva de propiciar o extermínio de determinadas populações para viabilizar a reprodução dos padrões eurocêntricos e brancos de existência, a necropolítica (MBEMBE, 2018), enquanto tecnologia de poder responsável pela produção e gestão da morte, constitui determinados corpos como inimigos, perigosos e desimportantes, além de segregar determinados territórios, físicos e existenciais, em zonas de morte em que os meios regulatórios e as políticas se dão por uso da instrumentalização da morte e da violência. Esse cenário corrobora, por consequência, para a manutenção e atualização do genocídio das populações não brancas (NASCIMENTO, 2016), que pode ser verificado em uma maior vulnerabilidade desses grupos a diferentes manifestações da violência, como demonstrado nos dados desta pesquisa.

Percepções de segurança

Este eixo buscou compreender como estudantes de escolas públicas percebem as questões relacionadas à segurança pública em seus territórios. Os temas discutidos giram em torno de como as juventudes reconhecem fatores de segurança e insegurança, além das formas como reagem diante dos cenários de violência identificados no estudo. Assim como no tópico anterior, algumas respostas evidenciam experiências comuns entre os diferentes

segmentos estudantis, mas também revelam especificidades marcantes quando se considera o recorte de raça/cor nas percepções sobre segurança. As principais ocorrências destacadas dizem respeito às estratégias de autoproteção adotadas pelas/os estudantes do Grande Bom Jardim e às situações envolvendo violência policial relatadas por eles.

O panorama geral indica que situações violentas como tiroteios, venda de drogas, roubos e pessoas feridas por armas de fogo são frequentemente percebidas pelas/os estudantes. Quanto aos tiroteios, 84,4% (n = 420) dos respondentes afirmaram presenciar essas ocorrências ao menos ocasionalmente, com especial atenção para 21,53% que relataram que ocorre em elevada frequência. Outro dado significativo é sobre o quantitativo de estudantes que acreditam que a venda de drogas ocorre em seus bairros, dessa amostra prevalece um percentual de 21,93% (n = 109) das/os jovens que percebem um grande fluxo neste comércio. Por fim, importante destacar do panorama geral os índices apontados na percepção de pessoas feridas ou assassinadas por armas de fogo, dos quais, respectivamente, 22,54% e 26,36% das/os estudantes identificaram em alta frequência (união entre as opções “muitas vezes” e “sempre”) nos seus territórios. Dados que envolvem a noção das/os estudantes sobre a frequência de lesões ou mortes por armas de fogo são relevantes às análises sob o prisma racial por estes casos se tratarem da principal via de vitimização da população negra (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2024). Assim como as noções sobre a circulação e venda de drogas ilícitas no território interessam, haja vista que a política de guerra às drogas segue sendo o principal motivo do Estado para o encarceramento em massa da população negra (Borges, 2019).

Em se tratando das práticas realizadas para se proteger ou prevenir situações de violência estão: evitar andar por certas áreas do bairro (83,91%, n = 417) ou evitar andar sozinha/o (80,69%, n = 401), que aparecem com maior frequência. Entretanto, se sobressai nos resultados outro dos itens presentes no instrumento, a busca por refúgio de tiroteio. Este ganha evidência não pelos números, mas pela simbólica expressividade em que aparece como medida de proteção das/os respondentes. Nessa vertente, destaca-se que pessoas autodeclaradas pretas (M = 2,87; DP = 1,58) relataram buscar refúgio durante tiroteios com mais frequência do que aquelas que se identificaram como brancas (M = 2,20; DP = 1,40), resultado estatisticamente significativo (F(4, 447) = 3,89; p < 0,01; post-hoc p < 0,05). Assim como, estudantes pretos (M = 3,43; DP = 1,59) e indígenas (M = 3,76; DP = 1,39) também

evitaram mais passar por determinadas áreas do bairro, em comparação com estudantes que se autodeclararam amarelos ($M = 2,18$; $DP = 1,17$), com diferença igualmente significativa ($F(4, 445) = 2,57$; $p < 0,05$; post-hoc $p < 0,05$).

No que se refere à violência policial sofrida ou testemunhada, os dados chamam atenção para a gritante disparidade racial no tratamento dispensado pelos agentes de segurança pública. Estudantes autodeclarados pretos relataram ter sido vítimas de violência policial em uma proporção mais de duas vezes superior à de estudantes brancos. Ainda dentro do grupo, observou-se o maior percentual de conhecimento sobre outras pessoas que também sofreram esse tipo de violência: 81,8% ($n = 63$) afirmou conhecer uma ou mais pessoas que foram alvo da ação violenta de agentes do Estado.

Fazer ressoar os dados apresentados sobre as práticas de proteção adotadas por estudantes negros — como o ato de buscar refúgio durante tiroteios — é reconhecer um Brasil em que as balas “perdidas” têm endereço certo e quase sempre atingem corpos negros (MARQUES JÚNIOR, 2020) e que isso não passa despercebido pelos jovens. Da mesma forma, a percepção diferenciada de estudantes não-brancos que presenciaram ou foram vítimas de violência policial, em comparação com outros grupos, evidencia o padrão de violência com que as forças de segurança atuam na desumanização e vitimização dessas juventudes (ANUNCIAÇÃO *et al.*, 2020). Segundo Fanon (2020) e Bento (2022), o corpo negro se subjetiva no mundo marcado em oposição ao branco, que constrói este outro-negro como inimigo ficcional a quem se deve evitar e combater. A ordem colonial racista encarrega-se de operar com a necropolítica neste caso através do aparato policial e da criminalidade financiada, de modo a imprimir nas juventudes negras percepções que reconheçam prontamente aquilo que devem evitar e do que devem se proteger com mais afinco, ao que os corpos não-brancos demoram mais para compreender.

Impactos educacionais

No que concerne aos resultados advindos do eixo de impactos educacionais, é preciso pontuar que estes estão relacionados a como as várias dimensões do fenômeno da violência causam impactos diretos e indiretos no acesso e na permanência de jovens estudantes territorializados no GBJ, com enfoque para estudantes dissidentes de raça/etnia, por compreender que, apesar da violência afetar a todas as pessoas, como demonstrado nos

resultados do relatório, ela alcança de formas distintas estudantes que se autodeclararam brancas/os e não-brancas/os.

Ao ser tecido um panorama geral dos dados obtidos, tem-se que 46,2% das/os estudantes tiveram sua circulação afetada em detrimento de grupos armados, em torno de 7,4% teve sua circulação afetada na proibição de ir à escola e 4,22% na proibição de acesso a outros serviços públicos. Agrupando as alternativas, 21% tiveram impedimento de acesso à escola, atividades de lazer, em ONGs e outros serviços públicos e comunitários. 42,4% das/os estudantes disseram que a violência interfere em sua formação educacional. Entre as múltiplas escolhas de formas como a violência interfere em suas formações, as principais indicadas foram: atrapalha o ambiente de paz (56,4%), atrapalha condições emocionais (50,7%), causa medo (40,3%), compromete relações sociais (22,3%), dificulta a concentração (20,4%), perda de aulas (15,6%), atrapalha o estudo em casa (13,6%), atrapalha professoras/es (9,9%), obriga a interromper os estudos (8,1%), proíbe de ir à escola (6,2%) e impede de participar de atividades na escola (6,2%).

Contudo, ao enfatizar a dimensão racial dos dados analisados, tem-se que estudantes pretas/os (58,1%) e pardas/os (48%) são respectivamente mais afetados pela violência do que estudantes brancas/os (43,6%). Ademais, quando tais dados são examinados separadamente, é possível mapear como cada um destes grupos têm seu acesso e a sua permanência à escola impactados distintamente. Nesse sentido, alunas/os negras/os declararam que a violência interfere no ambiente de paz (65,1% vs. 56,8% ou menos), provoca medo (53,5% vs. 40,4% ou menos), dificulta a concentração (30,2% vs. 20,5% ou menos), compromete relações sociais (30,2% vs. 25,5% ou menos), atrapalha docentes (16,3% vs. 10,1% ou menos) e faz com que uma porcentagem estude em casa (20,9% vs. 13,6% ou menos). Chama atenção, portanto, o fato de pessoas pretas indicarem estar mais frequentemente sujeitas a efeitos aparentemente mais "severos" da violência, como a interrupção dos estudos, proibição de ir à escola e perda de aula. Assim, com uma análise que leve em consideração o quesito raça/cor, observa-se que pessoas negras relatam estar mais expostas a consequências mais intensas da violência, como a interrupção da trajetória escolar, impedimento de frequentar a escola e ausência em aulas.

Os resultados desse tópico mostram que nem todas/os as/os alunas/os são atingidas/os igualmente pelas formas de violência que interferem no cotidiano escolar. Na pesquisa evidenciou-se que os corpos negros têm seu direito à educação mais frequentemente

violado, fator histórico em um país cuja história da educação e da exclusão dos corpos minoritários em direito caminha lado a lado. Além de que aponta para a influência profunda do racismo e da branquitude nas condições de permanência desses estudantes no ambiente escolar, contribuindo para a manutenção de processos de exclusão, marginalização e a reprodução contínua de desigualdades e opressões. A colonialidade relaciona-se justamente à perpetuação de uma lógica de hierarquização: segundo Quijano (2014), ela se refere à persistência de estruturas coloniais de poder, controle e dominação, sendo um importante elemento para compreender o porquê da educação e da violência afetarem a vida de estudantes negras/os, indígenas e amarelas/os bem mais diretamente do que de estudantes brancas/os.

Além das disputas territoriais, há também a presença ineficiente da Segurança Pública, tornando as juventudes, sobretudo negras e periféricas, as mais vulneráveis às violências urbanas (BARROS *et al.*, 2020; BARROS *et al.*, 2018), propiciando um cenário de insegurança que resulta na produção de medo e de hábitos constantes de vigilância e proteção, e circunscrevendo mecanismos de controle e hegemonia de poder que decidem quais vidas são ou não dignas de serem vividas e protegidas. Dessa forma, direitos básicos, entre eles o direito à educação, passam a ser cerceados em virtude de uma política ineficaz, que atua por meio da necropolítica e da precarização de vidas, desabilitando a vida em toda a sua potencialidade. Para além de mortes diretas, como é o caso do homicídio, a tecnologia de produção e gestão da morte opera pelo abandono e desamparo e, ao mesmo tempo, pela naturalização da condição ilegítima e abjeta de certas existências (BENÍCIO *et al.*, 2018). Cavalcante (2020) argumenta que, em meio ao cenário de violência letal e às disputas por controle de territórios de facções, há impactos contundentes no acesso à educação de crianças e jovens moradoras/es da periferia de Fortaleza.

A escola, nesse panorama, aparece como uma instituição ambígua, em que ao mesmo que pode ser apresentada como mais uma estrutura violenta, pode também ser um espaço protetivo e assegurador de direitos. Nesse sentido, os dados analisados no relatório apontam para caminhos que por meio de um apoio intersetorial que considere o racismo como parte intrínseca das opressões vivenciadas por alunas/os não brancas/os, podem ser apostas para que a escola fortaleça seu papel protetivo e garantidor de direitos. Dentre as maneiras que tais melhorias podem ser feitas, para o presente artigo destacam-se as seguintes: ter a escola como um espaço de socialização e de construção identitária; ter formações que discutem

direitos humanos, cidadania e resolução pacífica de conflitos com toda a comunidade escolar; e fortalecer atividades de cultura, esporte e lazer dentro da escola. Além disso, tendo mais em vista a equipe de educadoras/es das escolas, estabelecer parcerias comunitárias, com, por exemplo, ONGs, coletivos juvenis e outras escolas da região, possibilita a criação de espaços de diálogo e a criação de redes de solidariedade, de forma que gestoras/es e professoras/es possam buscar auxílio para resolução de problemas e para a invenção de políticas de enfrentamento à violência (CAVALCANTE, 2020).

Portanto, é imperativo enfatizar a importância de formas de pensar e repensar as políticas públicas que envolvem o direito, o acesso e a permanência à educação, pois, se por um lado há o recrudescimento da violência, por outro as instituições escolares e todos os agentes envolvidos em aliança criam formas de existir, resistir e re-existir nas periferias (ACHINTE, 2017; TAKETTI; VICENTIN, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou analisar, a partir do marcador étnico-racial, de que forma a violência em periferias urbanas repercute psicossocialmente nas experiências cotidianas de estudantes que se autodeclararam preto/as e pardo/os da rede pública de uma região da cidade de Fortaleza, Ceará. De acordo com os dados obtidos, as juventudes negras despontaram na maior parte dos indicadores de vitimização analisados na pesquisa, principalmente relacionados àqueles que apresentavam algum risco direto à vida. Acerca das percepções de segurança, jovens não brancas/os indicaram uma exposição maior a repercussões cotidianas da violência e uma maior vitimização por violência policial que jovens brancas/os. Por último, estudantes indígenas, amarelas/os e negras/os indicaram uma maior exposição a consequências mais extremas da violência nas suas trajetórias educacionais, como interrupção forçada dos estudos, impedimento de frequentar a escola e ausência frequente nas aulas.

Quanto às limitações do estudo, vale-se ressaltar que, ao adotarmos a autodeclaração como método de identificação dos participantes, os resultados da pesquisa estão sujeitos aos

efeitos das políticas de branqueamento e da ideologia da democracia racial, que historicamente atuam no apagamento de identidades negras e indígenas, substituindo-as por uma narrativa de miscigenação harmoniosa (GONZALEZ, 1984; NASCIMENTO, 2016). Nesse contexto, a ausência de um letramento racial crítico entre as/os participantes pode produzir dados que não contemplem completamente a realidade estudada.

Um dos principais desafios reside na interpretação das categorias raciais utilizadas. Por exemplo, até que ponto a categoria “parda/o” agrega pessoas racializadas como não brancas e, ao mesmo tempo, dilui identidades negras e indígenas, reforçando o projeto de embranquecimento?

Como apontam Pereira e Schucman (2023), o mito da democracia racial opera como um mecanismo de apagamento identitário e cultural e embranquecimento da população, dificultando, por exemplo, que negros e negras de pele clara se reconheçam plenamente como parte da população preta. Esse fenômeno gera uma crise identitária, na qual muitos indivíduos ocupam um “não lugar” racial — um espaço ambíguo em que não são completamente assimilados pela branquitude, mas também não se veem integrados à negritude devido ao embranquecimento cultural e ao apagamento histórico de suas raízes e ancestralidades.

Além disso, vale-se ressaltar que a branquitude, como construção sócio-histórica e relacional (SCHUCMAN, 2016), também é atravessada pela intersecção com outros marcadores, como classe, território, gênero e sexualidade, o que significa que nem todas as pessoas brancas vivenciam seu privilégio da mesma forma. A partir dessa intersecção com outros marcadores da diferença, algumas pessoas brancas, principalmente da periferia, podem ser considerados menos brancas ou “encardidas” (SCHUCMAN, 2016) pela branquitude hegemônica e, dessa forma, apontarem “pardo” na autodeclaração, por não gozarem dos mesmos privilégios que os “brancos” e os “branquíssimos”; já outras, mesmo não brancas, podem buscar se aproximar simbolicamente da identidade branca como forma de ascensão social. Essa complexidade não é capturada pela autodeclaração (GUIMARÃES, 2001; PEREIRA; SCHUCMAN, 2023).

Diante dessas limitações, é urgente que pesquisas futuras não apenas reconheçam o impacto dessas dinâmicas, mas também incorporem estratégias metodológicas que as contornem. Isso inclui a realização de processos formativos em letramento racial antes da

coleta de dados, a problematização das categorias oficiais do IBGE e a adoção de abordagens que considerem a raça na produção das identidades.

Em síntese, as limitações aqui discutidas não invalidam a pesquisa, mas evidenciam como o racismo estrutural permeia até mesmo a produção do conhecimento. Superá-las exige não apenas rigor metodológico, mas um compromisso ético-político com a desconstrução das narrativas hegemônicas que insistem em apagar as existências negras e indígenas. Como bem lembra Schucman (2016), a branquitude só se sustenta porque é relacional. Desmontá-la depende, portanto, de reconhecer suas fissuras e, a partir delas, construir alternativas radicais de justiça social.

REFERÊNCIAS

ACHINTE, A. A. **Prácticas creativas de re-existência**: más allá del arte... el mundo de lo sensible. Buenos Aires: Del Signo, 2017.

ALVES, L. **Significados de ser branco** – a brancura no corpo e para além dele. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. 193f. <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-14062010-153851/pt-br.php>.

ANUNCIAÇÃO, D.; TRAD, L. A. B.; FERREIRA, T. “Mão na cabeça!”: abordagem policial, racismo e violência estrutural entre jovens negros de três capitais do Nordeste. **Saúde e Sociedade**, v. 29, n. 1, p. e190271, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902020190271>. Acesso em abril de 2025.

BARROS, J. P. P. Violência infanto-juvenil no contexto escolar: Práticas discursivas sobre bullying e seus efeitos. **Revista de Psicologia da UFC**, v. 9, p. 60-69, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/37161>. Acesso em abril de 2025.

BARROS, J. P. P. et al. Pobreza, instituições e segurança: Perspectivas de familiares de adolescentes assassinados no Ceará. **Psico**, v. 51, n. 1, p. 1-13, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-8623.2020.1.32896>. Acesso em abril de 2025.

BENICIO, L. F. S. et al. Necropolítica e pesquisa-intervenção sobre homicídios de adolescentes e jovens em Fortaleza, CE. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 38, p. 192-207, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703000212908>. Acesso em abril de 2025.

BENTO, C. **O Pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BORGES, J. **Encarceramento em Massa** (Coleção Feminismos Plurais). São Paulo: Jandaíra, 2020.

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2011.

CARNEIRO, S. **Dispositivo de racialidade**. São Paulo: Zahar, 2023.

CERQUEIRA, D.; BUENO, S. (coords.). **Atlas da violência 2024**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/7868-atlas-violencia-2024-v11.pdf>. Acesso em abril de 2025

CAVALCANTE, L. F. **Fórum de Escolas pela Paz do Grande Bom Jardim**: Enfrentamentos às dinâmicas da violência armada em periferias de Fortaleza. 2020. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/60519>. Acesso em abril de 2025.

CÉSAIRE, A. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.

DAVID, E. C. **Aquilombamento da Saúde Mental**: Cuidado antirracista na atenção psicossocial infantojuvenil. São Paulo: Hucitec, 2023.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário brasileiro de segurança pública 2024**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/f62c4196-561d-452d-a2a8-9d33d1163af0>. Acesso em abril de 2025.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais hoje**, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.

GONZÁLEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**. São Paulo: Zahar, 2020.

GUIMARÃES, A. S. A. Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito. **Novos Estudos Cebrap**, v. 61, n. 3, p. 147-162, 2001. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001239409>. Acesso em abril de 2025.

ILHA, D. M. O neoliberalismo como uma ameaça à democracia e aos valores constitucionais: o desmonte do serviço público no Brasil como um projeto. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/3501>. Acesso em abril de 2025.

MARTINS, M. M. F. *et al.* Ações intersetoriais e o reconhecimento de uma fonte de cuidado da atenção primária por adolescentes brasileiros. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 40, n. 10, e00195923, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311XPT195923>. Acesso em abril de 2025.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MIRANDA, D. W.; FÉLIX-SILVA, A. V. As subjetividades periféricas e os impasses para a descolonização da clínica psicológica. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 42, p. e264143, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003264143>. Acesso em abril de 2025.

MÜLLER, T. M. P.; CARDOSO, L. **Branquitude**: estudos sobre a identidade branca no Brasil. Curitiba: Appris, 2017.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Perspectiva, 2016.

NENEVE, M.; SOUZA, M. P. R. A educação para a cidadania: intenção e realidade. **Revista Educação & Cidadania**, Campinas, v. 5, n. 1, 2006. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001656525>. Acesso em abril de 2025.

PASSOS, L. M.; CARVALHO, A. M. P. de. Medo e insegurança nas margens urbanas: uma interpretação do “viver acuado” em territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim. **O Público e o Privado**, Fortaleza, n. 26, p. 233-259, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/2488>. Acesso em abril de 2025.

PEREIRA, C. S.; SCHUCMAN, L. V. O lugar das práticas artístico-culturais na constituição da negritude para negros/as de pele clara. **Psicologia & Sociedade**, v. 35, p. 1-16, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2023v35e277138>. Acesso em abril de 2025.

Violência em periferias urbanas e suas repercussões psicossociais para juventudes
negras: um estudo com estudantes de escolas públicas de Fortaleza-CE

QUIJANO, A. **Cuestiones y horizontes**: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Buenos Aires: CLACSO, 2014.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Editora Almedina, 2019. p. 73-118.

SAAD, L. F. **Eu e a Supremacia Branca**: Como reconhecer seu privilégio, combater o racismo e mudar o mundo. Rio de Janeiro: Rocco, 2020.

SCHUCMAN, L. **Entre o Encardido, o Branco e o Branquíssimo**: Branquitude, Hierarquia e Poder na Cidade de São Paulo. São Paulo: Veneta, 2016.

SISTEMA DE MONITORAMENTO DIÁRIO DE AGRAVOS - SIMDA. (2021-2022). População consolidada por bairro segundo a faixa etária, Fortaleza. Disponível em: <https://simda.sms.fortaleza.ce.gov.br/simda/populacao/faixa>. Acesso em abril de 2025.

SOARES, M. R. N. *et al.* “A violência bate em mim primeiro”: oficinas nas escolas públicas de Fortaleza. **Psicologia Argumento**, v. 41, n. 112, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.7213/psicolargum.41.112.A011>. Acesso em abril de 2025.

SOARES, M. R. N. *et al.* Entre violências e resistências: escrituras de gênero com jovens pesquisadores. **Revista Estudos Aplicados em Educação**, v. 9, p. 1-20, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.13037/rea-e.vol9.9573>. Acesso em abril de 2025.

SOUSA NETO, R. C. *et al.* Juventudes negras de escolas públicas de periferias de Fortaleza: narrativas e re-existência frente ao racismo. **Desidades**, n. 34, p. 53-72, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.54948/desidades.v0i34.53010>. Acesso em abril de 2025.

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA PÚBLICA (CEARÁ). **Crimes violentos letais e intencionais** (Power BI). Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 2025. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZmFiMGJmYmQzZGZlMy00NTkxLTljYzYtYTUxMjI0NzNiNjc4IiwidCI6IjhhMzhjMWYzLTUwM2QzNDVhNi05MDJlLWJiMThiNmZkNzcwZiJ9>. Acesso em abril de 2025.

TAKEITI, B. A.; VICENTIN, M. C. G. Juventude(s) periférica(s) e subjetivações: narrativas de (re)existência juvenil em territórios culturais. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 31, p. 256-262, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i_esp/29028. Acesso em abril de 2025.

TONIAL, F. A. L.; MAHEIRIE, K; GARCIA JÚNIOR, C. A. S. A resistência à colonialidade. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 16, n. 1, p. 18-26, 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-90442017000100002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em abril de 2025.



Este trabalho está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).